

A Abordagem dos Modos de Vida Como Ferramenta de Análise das Estratégias de Sobrevivência no Meio Rural Africano

Tomás Adriano Siteo¹

Resumo

A diversificação é um processo social e econômico que interpreta a criação de muitas e diferentes fontes de renda em um determinado período de tempo. A constância e eventualmente o aumento da diversificação de atividades e fontes de renda no meio rural levou a que fossem adotadas novas abordagens para compreender esse fenômeno. O presente artigo pretende apresentar e discutir a abordagem dos “modos de vida” (*Sustainable Livelihood Approach*) adotada nos anos 90 como um novo paradigma para abordar a questão da diversificação e pobreza nos países em desenvolvimento. Para isso, foi feita uma revisão de literatura e se pode concluir que a abordagem dos modos de vida apresenta alguns limites, mas no geral pode potencializar uma melhor compreensão de realidades que envolvem o meio rural, especialmente em sociedades que apresentam dificuldades para se desenvolverem. A maior dificuldade de aplicação prática da abordagem é de caráter ontológico, ou seja, em como apreender a dinâmica dos processos reais e a complexidade que envolve a transformação dos ativos em estratégias de sobrevivência.

Palavras-chave: Diversificação. Modos de vida. Renda. Atividades.

¹ Agrônomo. Funcionário de carreira do Ministério da Agricultura de Moçambique. Doutor em Desenvolvimento Rural pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS). sitoetoms@yahoo.com

Abstract:

Diversification is a social and economic process that interprets creation of many and different sources of income in a given period of time. The constancy and eventually the increase of diversification of activities and income sources in rural spaces led to a revision of theories and approaches for better understanding this phenomenon. The Sustainable Livelihood Approach (SLA) was adopted in the 1990s as a new paradigm to address the issue of diversification and poverty in developing countries, with emphasis on rural Africa. Currently, this approach has been used by various organizations and individuals as an analytical tool for studying the livelihood strategies; however, little attention has been made to the its limitations. Based on literature revision the article presents and discusses the SLA. A conclusion is that although it has some limitation in general it can provide a better understanding of realities evolving rural spaces, mainly in low developed societies. The main limitation is regarding the difficulty for capturing the dynamics and complexity that involves the process of assets transformation into livelihood strategies.

Keywords: Diversification. Livelihoods. Income. Activities.

No léxico das ciências sociais e econômicas, a realização de várias atividades por uma pessoa ou família tem recebido algumas designações: (i) diversificação e/ou (ii) pluriatividade. O último termo (pluriatividade) é de maior importância na sociologia agrícola na Europa e alguns países em desenvolvimento; em especial na Europa a pluriatividade na agricultura constitui um fenômeno estrutural e resultou das transformações e reestruturação econômica nas décadas de 70 e 80.

Para Ellis (2000), a diversificação é um processo social e econômico que traduz a criação de muitas e diferentes fontes de renda em um determinado período de tempo. Nesse ínterim, “um aspecto distintivo da diversificação na maior parte dos países pobres, entre eles virtualmente todos os da África Subsaariana, é o caráter penetrante e generalizado” (p. 4).¹

A constância e eventualmente o aumento da diversificação de atividades e fontes de renda no meio rural levou à revisão das abordagens teóricas para melhor compreender esse fenômeno. A abordagem dos “modos de vida” (*sustainable livelihood approach*) foi adotada nos anos 90 como novo paradigma para abordar a questão da diversificação e pobreza nos países em desenvolvimento. Ela surgiu do reconhecimento das preocupações ambientais e da necessidade de novas abordagens para a erradicação da pobreza.²

Para Krantz (2001), o conceito de “modos de vida sustentáveis” (*sustainable livelihoods*)³ representa uma tentativa de se ir mais adiante sobre as definições convencionais e abordagens de erradicação da pobreza, pois essas

¹ Para Ellis (2000), a diversificação é penetrante e generalizada porque se encontra em todos os locais e é realizada por diferentes tipos de produtores (pequenos e grandes) e famílias de diferentes categorias de renda; ao mesmo tempo, ela não é simplesmente uma característica transitória, mas um fenômeno que está lá para sempre

² Há que se destacar que o início da década de 90 foi um período de intenso questionamento da natureza e valor da ajuda internacional para o desenvolvimento; em particular reconhecendo-se os limites da ajuda externa aos programas de desenvolvimento, durante quatro décadas começou-se a pensar sobre o papel do Estado em relação ao desenvolvimento e à natureza e o conceito de pobreza. Por isso, vários projetos e agências internacionais, como DFID, Care, Oxfam, PNUD, etc., começaram a utilizar a abordagem dos modos de vida nos seus programas de redução da pobreza.

³ A ideia de sustentabilidade refletida nesta abordagem dos modos de vida foi introduzida pela primeira vez pela Comissão de Brundtland sobre o Meio Ambiente e Desenvolvimento. A Conferência das Nações Unidas expandiu o conceito advogando o enfoque nos “modos de vida” como estratégia para a erradicação

abordagens se concentraram em apenas certos aspectos ou manifestações da pobreza, tal como a baixa renda, ao invés de outros aspectos vitais da pobreza, como a vulnerabilidade e a exclusão social.

Atualmente, embora essa abordagem tenha diversas variantes, basicamente elas apresentam os mesmos princípios: (i) o foco nos pobres; (ii) a importância nos ativos; e (iii) nos processos e estruturas que facilitam o acesso aos ativos e às estratégias de sobrevivência para as pessoas.

O objetivo principal da abordagem dos modos de vida é instrumental – contribui para que se explore o fenômeno da diversificação, com o intuito de melhor direcionar as políticas públicas de redução da pobreza. É fundamental compreender as estratégias de geração de renda das famílias rurais pobres para permitir a formulação de políticas e reformas institucionais, a fim de melhorar o acesso e o uso dos recursos disponíveis, quer para a produção de alimentos, quer para a geração de renda numa base de equidade, particularmente para as mulheres (Pijenburg et al., 2000, p. 1).

Sob vários aspectos a abordagem dos modos de vida é similar à antiga abordagem de “Desenvolvimento Rural Integrado”. A diferença crucial é que a abordagem dos “modos de vida” não necessariamente pretende tratar sobre todos os aspectos da sobrevivência dos pobres. Sua intenção é aplicar uma perspectiva holística na análise das formas de sobrevivência, no sentido de identificar os aspectos nos quais uma intervenção pode ser “estrategicamente importante” para uma efetiva redução da pobreza, tanto localmente quanto no âmbito de políticas públicas (Krantz, 2001, p. 2).

Apesar disso, quando se utiliza essa abordagem como instrumento de análise se depara com alguns problemas metodológicos e de conceitos que limitam a sua utilização efetiva. O presente ensaio é uma revisão teórica

da pobreza. O conceito proposto por Chambers e Conway (1992) é de que o modo de vida compreende as capacidades, os ativos e as atividades requeridas para a sobrevivência; um meio de vida é sustentável quando pode se recuperar de choques e providenciar oportunidades para as gerações futuras, e pode trazer benefícios locais e globais, a curto e longo prazos.

que pretende apresentar uma reflexão crítica à “abordagem dos modos de vida” como ferramenta de análise das estratégias de sobrevivência. Para Oliveira (2007), ao realizar-se uma crítica a uma forma de ver e analisar a realidade se estará, inevitavelmente, explicitando opções teóricas realizadas e, conseqüentemente, outra maneira de perceber a realidade a partir de outros modelos analíticos. Ainda, no entanto, que este posicionamento pareça óbvio, ele é importante no sentido de destacar que o que se tem produzido nas Ciências Sociais sempre carrega “adesões e alvos” (Oliveira, 2007, p. 11, grifos do autor).

Além desta parte introdutória o artigo apresenta os motivos da diversificação e as abordagens teóricas relacionadas, para, na sequência, contrapor a abordagem dos modos de vida a outras teorias associadas aos ativos, principalmente o capital humano e capital social, bem como os limites relacionados à utilização do quadro conceitual de análise das estratégias de sobrevivência.

Motivos da diversificação

Na economia neoclássica a diversificação foi tratada por intermédio da teoria tradicional do portfólio, que explica o comportamento dos agentes em relação aos seus investimentos. Com base nessa teoria as pessoas diversificam seus investimentos para maximizar os retornos e reduzir os riscos; desse modo, os padrões de diversificação refletem a troca voluntária dos ativos e sua alocação em várias atividades, como forma de as pessoas alcançarem um equilíbrio ótimo entre os retornos esperados e a exposição ao risco que enfrentam. Nessa base, as escolhas são guiadas pela presunção de “racionalidade” dos agentes.

A teoria econômica tradicional sobre equilíbrio entre procura e oferta, no entanto, não explica como os agentes adquirem a informação, como realizam os seus cálculos, ou se são capazes de avaliar corretamente

as consequências das suas decisões de acordo com os eventos.⁴ No caso dos agricultores em situação de vulnerabilidade é certo que suas decisões relacionadas à diversificação são tomadas não em busca de maximização de rendas, mas de segurança, minimização de riscos, etc.; até porque as atividades por si só não têm uma relevância teórica direta, pois elas também podem ser uma medida imperfeita para explicar o comportamento das pessoas em relação à diversificação, especialmente na África, onde os mercados secundários de ativos são fracamente desenvolvidos (Barrett; Rardon; Webb, 2001).

Por isso, Gasson (1973) considera que a melhor compreensão das motivações e o conjunto das informações disponíveis em relação aos recursos materiais e às restrições, pode levar a uma adequada explicação sobre o comportamento dos produtores. Observando-se quais as preferências dos indivíduos e famílias em relação às estratégias de sobrevivência, isso pode proporcionar *insights* importantes sobre quais intervenções podem ser eficazes para a redução da pobreza e da vulnerabilidade (Barrett; Rardon; Webb, 2001, p. 3).

Segundo Barrett, Rardon e Webb (2001, p. 1), vários motivos levam os indivíduos e famílias a diversificar seus ativos, rendas e atividades. O primeiro grupo de motivos compreende o que tradicionalmente se designa como fatores que empurram (*push factors*), que são: a redução do risco, a resposta em relação à diminuição do retorno do uso de um determinado fator, como a diminuição da oferta de mão de obra familiar em virtude de restrições de terra resultantes de pressão sobre ela ou sua fragmentação, altos custos que induzem os produtores a se autoabastecerem de bens e serviços, limitações de liquidez, etc.

⁴ Simon (1957) desenvolveu um programa ambicioso para compreender as organizações e sua gestão “como um agregado às escolhas humanas; não como uma ciência econômica baseada no comportamento abstrato do *homo economicus*, mas no comportamento real das pessoas” (Pomero; Adam, 2004, p. 648). O conceito de decisão (*decision making*) sobre condições de risco e incerteza foi tratado por meio da revisão nos anos 40 da teoria da utilidade subjetiva e de suas limitações.

Desde uma perspectiva de motivos que “empurram” à diversificação, esta é orientada pela (i) limitada capacidade de suportar/aguentar o risco diante de sistemas financeiros fracos ou incompletos, que criam forte incentivo para se selecionar um portfólio de atividades, como forma de estabilizar flutuações de renda e consumo; (ii) por restrições nos mercados de terra e trabalho; e (iii) por incertezas climáticas (Idem, p. 2).

O segundo grupo de motivos compreende os fatores que “puxam” a diversificação (*pull factors*), quais sejam: a necessidade de realização de complementaridades estratégicas entre atividades, como a combinação de cultivos com atividade pecuária, ou com o processamento, a especialização em um produto de acordo com suas vantagens comparativas, etc.

De acordo com esses autores, desde uma perspectiva dos motivos que “puxam” a diversificação, esta é orientada por forças locais de crescimento, como a existência de agricultura comercial ou a proximidade dos centros urbanos, que criam oportunidades para a diversificação das fontes de renda.

Na África, de uma maneira geral, devido à maior incidência da pobreza e ao fraco desenvolvimento da agricultura, os produtores diversificam as suas atividades pela intensificação no trabalho. A economia explica o aumento de renda e eficiência na agricultura por meio do mecanismo de especialização e divisão de trabalho. Para Ellis (2000), no entanto, a diversificação como estratégia de sobrevivência familiar não necessariamente é conflitante com a noção convencional sobre especialização e divisão de trabalho como ingredientes essenciais para a transformação econômica, uma vez que um indivíduo, ao se engajar em várias atividades, sacrifica a especialização para operar simultaneamente em vários mercados de trabalho. “A família, ao colocar os vários membros em uma atividade, permite a especialização e desenvolvimento de habilidades” (Ibid, p. 6). Noutras partes do mundo a agricultura evoluiu graças à especialização não só das unidades agrícolas, mas também dos territórios, o que confere à diversificação um caráter de opção. Na África, em geral, a diversificação tem um caráter de necessidade.

A abordagem dos modos de vida como ferramenta de análise das estratégias de sobrevivência

Os ativos têm sido considerados o ponto de partida do quadro de análise dos “modos de vida” (*The Sustainable Livelihood Approach*), e se referem ao conjunto de capitais (natural, físico, humano, financeiro e social), que permitem que uma família leve a cabo a sua atividade agrícola, se engaje no mercado e participe nas relações de reciprocidade com outras famílias (Ellis, 2000, p. 31). Na prática, os ativos determinam as atividades econômicas em que as pessoas podem se engajar para a sua sobrevivência (Barrett; Rardon; Webb, 2001; Ellis, 2000; Krantz, 2001).

Segundo Winters *et al.* (2009), as intervenções desenhadas com o intuito de melhorar o bem-estar familiar sempre são focalizadas na expansão do acesso dos ativos. Esta atitude é baseada na assunção de que o fraco acesso aos ativos limita a habilidade dos indivíduos de tirar benefícios das oportunidades que se lhes apresentam. Não há consenso, no entanto, sobre que ativos entram no quadro de análise dos modos de vida. Embora não haja ainda um entendimento universal sobre quais ativos os estudos devem incluir, “os seguidores de Chambers e Conway concordam quanto à identificação de cinco tipos de capital que conformam os ativos na definição dos modos de vida, nomeadamente: o capital natural, o capital físico, o capital humano, o capital financeiro e o capital social” (Ellis, 2000, p. 8).

O capital natural inclui recursos naturais como terra, água, florestas e serviços ambientais pelos quais as famílias geram os seus meios de vida. O capital físico ou produtivo é composto por construções, equipamentos, maquinário e infraestruturas (estradas, água encanada, rede de comunicações, energia, etc.). De acordo com Ellis (2000, p. 33), as infraestruturas de estradas têm múltiplos efeitos: reduzem os custos de transação, facilitam a criação de novos mercados e contribuem para a transferência de informações, principalmente em países onde faltam infraestruturas de telecomunicações.

O capital social está relacionado com as redes de sociabilidade entre famílias e comunidades, e envolve a confiança e as instituições. O termo “capital social” rapidamente se tornou comum no léxico das ciências sociais e círculos políticos; no entanto definições claras desse conceito são escassas. Poucos que empregam o conceito desenvolveram uma teoria detalhada do capital social (Brown, 1997). O Banco Mundial, por intermédio da sua Iniciativa sobre o Capital Social (*The World Bank Social Capital Initiative*), baseando-se nos trabalhos de Robert Putnam (1993), James Coleman (1988) e Douglass North (1991) define o capital social como “as normas e valores que governam as interações humanas e as instituições nas quais essas interações estão submersas” (Grootaert, 1998, p. 1).

A definição de James Coleman sobre capital social é baseada na “confiança” entre os indivíduos. As estruturas elementares de reciprocidade são geridas por normas e regras; “negar ou ultrapassar essas regras invalida, a prazo, a possibilidade de expressão, de reprodução dessas estruturas e de atualização dos valores produzidos” (Sabourin, 2003, p. 5). Em especial nos países em desenvolvimento se tem observado que as famílias rurais têm dado muita atenção às redes personalizadas, construindo um sistema informal e complexo de direitos e obrigações que asseguram a sustentabilidade dos modos de vida (Ellis, 2000, p. 9). Por isso, Brown (1997) considera que a definição de Coleman sobre capital social é limitada enquanto não coloca relevância noutras formas alternativas de formação de capital social, como sejam a cultura e valores, que podem reforçar a confiança entre os indivíduos:

Definir um fenômeno social em termos de seu resultado é confundir os antecedentes com as conseqüências. Diferentes antecedentes podem levar ao mesmo resultado, ou sob diferentes condições, o mesmo antecedente pode ter diferentes resultados. Escrutinar essas possibilidades exige uma investigação empírica, mas é preciso primeiro separar-se os antecedentes das conseqüências. Infelizmente, muitos pesquisadores

têm cometido o erro de assumir que o capital social pode ser entendido em termos de seus resultados, ou que o capital social sempre conduz a resultados produtivos (Brown, 1997, p. 3).

Para Grootaert, as definições de capital social propostas por Robert Putnam, James Coleman e Douglass North, não representam visões “realmente alternativas, mas sim dimensões complementares de um mesmo processo” e compartilham muitas características em comum:

1) Todas se ligam às esferas econômica, social e política e todos acreditam que as relações sociais afetam os resultados econômicos e vice-versa; Todas focalizam nas relações entre agentes econômicos e sobre como as organizações (formais ou informais) podem melhorar a eficiência das atividades econômicas. 2) Todas reconhecem o potencial criado pelas relações sociais para a melhoria dos resultados do desenvolvimento, mas também reconhecem o perigo dos efeitos negativos. Os resultados prevalentes dependem da natureza das relações (horizontais *versus* hierárquicas) e o contexto legal e político prevalente. 3) Todas implicam que as relações sociais “desejadas” e as instituições possuem “externalidades” positivas; e porque essas relações podem não ser apropriadas por um indivíduo, cada agente possui a tendência de sobreinvestir no capital social; por isso, é necessário apoio público para a construção do capital social (Grootaert, 1998, p. 4).

A visão de Brown (1997, p. 2) sobre capital social é de um processo sistêmico de alocação de recursos em uma rede social, de acordo com o padrão de relações entre os indivíduos dessa rede. Desse modo, o capital social é um processo dinâmico de estruturação social e comporta três dimensões:

- (i) a dos componentes ou indivíduos (egos) que compõem a rede social;
- (ii) a estrutura ou padrão de relações entre os indivíduos; e
- (iii) o ambiente, no qual o sistema está inserido – a grande ecologia social.

Para esse autor, a análise de um determinado problema deve ser feita em uma perspectiva que liga as três dimensões. Apesar disso, Grootaert (1998) considera que não existe ainda consenso sobre que aspectos das

interações e organização constituem mérito no capital social, e nem mesmo consenso acerca da validade do termo capital para descrevê-lo. Por outro lado, até o momento foram feitos poucos progressos na determinação empírica da contribuição do capital social no crescimento econômico e no desenvolvimento. Apesar disso, “há evidências de que com qualquer das definições dos autores anteriores (Robert Putnam, James Coleman e Douglass North), o ‘capital social’ possui um impacto positivo sobre o crescimento, equidade e alívio à pobreza” (p. 3).

Para Grootaert (1998), o capital social, tal como outras formas de capital, constitui um *input* e é resultado do processo de desenvolvimento, característica que compartilha com o capital humano. Desse modo, tanto o capital humano quanto o social compartilham o atributo de serem simultaneamente “um bem de consumo e um investimento”. A diferença crítica entre os dois é que a educação, independente de outras pessoas, pode ser uma qualidade individual, enquanto o capital social por definição só pode ser adquirido por um grupo de pessoas e requer uma forma de cooperação entre elas. “Isso confere ao capital social a propriedade inevitável de ser um bem público, o que tem implicações para a sua produção” (Grootaert, 1998, p. 8; Coleman, 1988, p. 315).

O capital humano está ligado ao nível de educação, conhecimentos e habilidades e saúde. De acordo com Ellis (2000, p. 33), o ativo mais importante que os pobres possuem é o seu trabalho. A falta de educação, por exemplo, pode excluir o indivíduo da participação em atividades que requerem um nível particular de educação ou conhecimentos.

Desenvolver o capital humano significa despertar os neurônios humanos para que o homem seja útil à sociedade. Schultz (1980), por exemplo, considera que a melhoria do capital humano eleva a habilidade do homem de identificar, definir e enfrentar os problemas/“desequilíbrios”. Adam Smith, na sua análise “A Riqueza das Nações”, enfatiza o papel da educação, assim como a divisão do trabalho, o aprender fazendo e a formação de habilidades. Para Smith, a diferença entre o talento natural em diferentes homens é a

divisão do trabalho. “A diferença entre as mais dissimilares características de um filósofo e um porteiro comum da rua não sobressaem mais por causa da natureza, mas sim a partir do hábito, costume e educação” (Smith, 1910).

O “acúmulo do capital humano” se concentra nos seres humanos por meio das habilidades e conhecimentos, assim como o esforço em enfrentar as possibilidades de produção. A expansão das “capacidades humanas” se focaliza nas habilidades dos seres humanos de conduzirem a vida que eles têm razão de valorizar e fortalecerem as suas escolhas substantivas (Sen, 1997, p. 1.959). Para Sen, embora distintas, as duas perspectivas (acúmulo de capital humano e expansão das capacidades humanas), podem ser relacionadas, pois ambas estão ligadas às habilidades que os seres humanos alcançam ou adquirem. Essas perspectivas, no entanto, diferem, e a distinção reside nos “meios e nos fins”:

Por exemplo, se a educação torna uma pessoa mais eficiente na sua produção de mercadorias, então isto é claramente um fortalecimento do capital humano. Isto pode ser um acréscimo ao valor da produção na economia, e também à renda da pessoa que foi educada. Mesmo tendo o mesmo nível de renda a pessoa educada pode se beneficiar da educação através da facilidade de comunicar-se, argumentação, fazer escolhas de maneira informada, e ser tomado seriamente por outras pessoas, etc. Portanto, os benefícios da educação vão além do seu papel no processo produtivo (Sen, 1997, p. 1959).

A abordagem do capital humano se enquadra em uma perspectiva mais inclusiva das capacidades humanas, que pode cobrir tanto as consequências diretas quanto as indiretas das habilidades humanas. Segundo Ellis (2000), embora o conceito dos modos de vida contenha elementos da abordagem das “capacitações” e “entitamentos” que perpassam esse conceito, sua intenção é diferente dessa abordagem. A abordagem das capacitações representa um avanço em relação às análises tradicionais que consideravam apenas a renda *per capita* como único indicador de desenvolvimento.

Na sua tentativa de ir adiante, Amartya Sen adotou a perspectiva das necessidades básicas (*basic needs*), e na década de 70 chamava a atenção para o tipo de vida que as pessoas devem viver quando as suas necessidades fundamentais não são alcançadas. A partir dessa abordagem das necessidades se tomou ciência da insuficiência das análises de desenvolvimento baseadas na renda *per capita*, pois estas não tinham em conta os aspectos distributivos: a importância de que “cada pessoa” tivesse acesso aos bens e serviços para suprir as suas necessidades básicas. Na década de 80, Amartya Sen tentou ajudar no desenvolvimento e expansão da abordagem das necessidades básicas, distinguindo os “entitamentos (os recursos e meios) produtivos” e os “de troca” (Pressman; Summerfield, 2000, p. 96).

Na concepção de Amartya Sen, os “entitamentos produtivos” se referem à forma como a pessoa produz bens e serviços (por exemplo, disponibilidade de terra e mão de obra); os “entitamentos de troca” se referem aos direitos para controlar outros produtos, baseados na habilidade de comercializá-los (por exemplo, a renda). Por outro lado, Amartya Sen considera que os fatores institucionais podem influenciar os “entitamentos”; por exemplo, os costumes, as tradições, as leis e políticas públicas constituem fatores institucionais. De acordo com Pressman e Summerfield (2000, p. 97), as questões que levaram Sen a concentrar sua atenção mais nas pessoas do que nos bens incluem:

- (i) o que são necessidades básicas?
- (ii) será que as necessidades básicas são iguais para todas as pessoas, em todos os lugares?
- (iii) será que o consumo acima de um certo nível de necessidades é tudo o que é preciso para as pessoas?
- (iv) como justificamos os “entitamentos”?
- (v) o que determina os “entitamentos”?
- (vi) se somos favoráveis à igualdade será igualdade de quê?

Na tentativa de responder às perguntas anteriores, segundo estes autores, Sen focalizou-se no que se constituem os valores intrínsecos da vida, ao invés dos bens que constituem valor instrumental ou utilidade. Desta maneira, ele chegou ao conceito de “capacidades” que está ligado à ideia de empoderamento, não só de pessoas isoladas, mas de grupos sociais. As ideias de Sen podem ser úteis para tratar tanto de capital social quanto de capital humano, que compreende o que a pessoa pode fazer ou ser. Por outro lado, a sua resposta às questões anteriores foi que a igualdade de oportunidades era mais importante para o bem-estar.

A ligação entre a abordagem das capacidades de Amartya Sen e dos modos de vida reside no fato de Sen ter reconhecido a importância do que as pessoas podem fazer, ao invés das coisas que podem comprar com a renda. Ter-se-á um bem-estar sustentável quando as pessoas têm um portfólio de opções de vida e a liberdade de escolher dentre essas opções o que elas valorizam para as suas vidas.

Apesar disso, a medição ou mesmo comparação de diversas “formas” de capital é problemática e impõe desafios à medição da pobreza.⁵ Por outro lado, Sen tem sido criticado pelo fato de sua abordagem olhar para o indivíduo de forma isolada das relações de poder na sociedade onde se encontra inserido.

A família tem sido considerada a unidade de análise das estratégias de sobrevivência; as condições nas quais as diversas estratégias de sobrevivência familiar podem ser otimizadas dependem de fatores como: a composição da família; a idade e o grau de escolaridade; e a quantidade de capital social

⁵ Em traços largos a pobreza é entendida como a falta de rendimento e bens para atender às necessidades básicas na forma de comida, vestuário e abrigo (aliviada pela combinação de *oportunidades* redobradas e uma *capacidade* acrescida de capitalizar as oportunidades disponíveis); uma sensação de não ter voz activa nem poder em relação às instituições da sociedade e ao Estado (aliviada pelo aumento do *empoderamento*); e vulnerabilidade aos choques adversos, ligada à capacidade de lidar com eles por meio de relações sociais e instituições legais (aliviada com o aumento da *segurança*) (Rosário; Tvedten; Paulo, 2009, p. 2).

(Meert *et al.*, 2005, p. 81), o que é consistente com a perspectiva chayanoviana. Para Chayanov (1974, p. 120-121), a família é o elemento-chave do processo de tomadas de decisão na agricultura camponesa no que diz respeito à alocação da força de trabalho e à produção; ela estabelece um equilíbrio entre o trabalho e o consumo e distribui a sua força de trabalho de acordo com as oportunidades que lhe conferem maior remuneração.

De acordo com Marini e Pieroni (1987, p. 205), as estratégias dos indivíduos dentro da família “são condicionadas e mediatizadas pela estratégia familiar de distribuição de seus recursos de trabalho como um todo”. Esta visão de Marini e Pieroni, contudo, é limitada, uma vez que as estratégias das famílias também são mediatizadas pela estrutura social do entorno socioeconômico. Por isso, Schneider (2003) considera que a reprodução social, econômica, cultural e simbólica das formas familiares dependerá de um intrincado e complexo jogo no qual as unidades familiares se relacionam com o ambiente e o espaço em que estão inseridas.

A “família rural” é a síntese autocriadora de uma estrutura final que é mais do que a soma de várias funções de produção adicionada à soma das utilidades usufruídas pelos seus membros, mas também, e mais relevante, o “resultado holístico de fontes múltiplas de rendimento adicionado à utilidade holística conseguida pela garantia de reprodução social”. Desse modo, “a família rural africana é a mais pequena unidade de produção, consumo e distribuição das sociedades africanas” (Negrão, 2001, p. 269).

Uma análise das relações de poder no interior da família, bem como entre o indivíduo e a comunidade ou sociedade em que este está inserido, tornaria o uso dessa abordagem mais consequente. O processo de transformação dos ativos em estratégias de sobrevivência na abordagem dos modos de vida, pode ser ilustrado por meio da Figura a seguir.

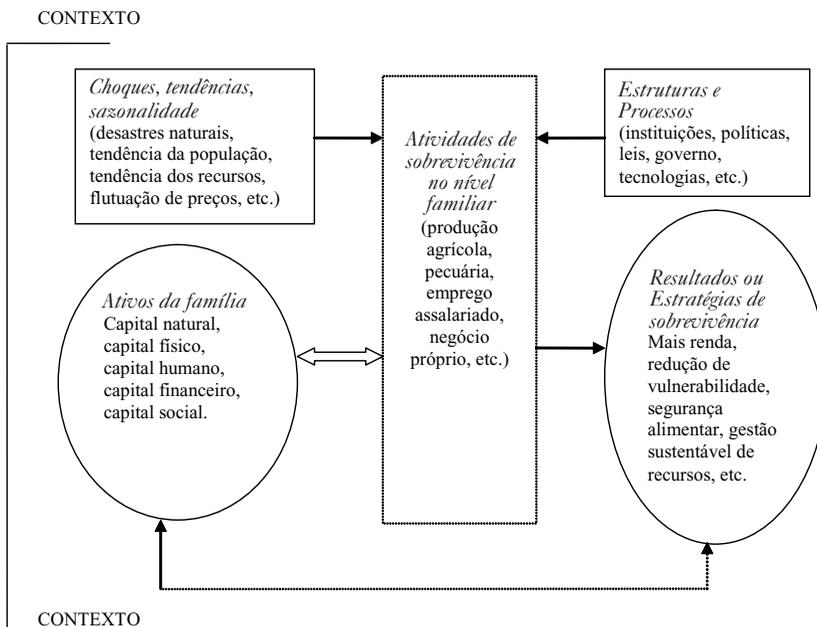


Figura 1 – Quadro conceitual de análise dos modos de vida

Fonte: adaptado de Kinsella *et al.* (2000); Carney (1999) *apud* Krantz (2001); Ellis (2000).

Na Figura o ponto de partida são os ativos que o indivíduo possui, os quais podem ser capital natural sob a forma de terra, capital financeiro, capital humano, etc. O acesso a esses ativos depende das características do agregado familiar, do ambiente econômico, político e tecnológico em que ocorre esse acesso. O acesso aos ativos é mediatizado pelas estruturas e processos na sociedade onde o indivíduo se encontra inserido; por exemplo, a solidariedade entre famílias representa uma das formas mais importantes de alocação de recursos na África; neste continente se tem observado que as famílias proporcionam para si mesmas e para outras famílias uma variedade de bens e serviços, tais como alimentos, abrigo, artesanato, cuidados para idosos e crianças, preparação dos alimentos, etc. É por isso que os econo-

mistas que trabalham na África e em outras regiões similares têm dedicado muita atenção para compreender as forças que determinam a distribuição do bem-estar nas famílias e comunidades dessas regiões.

As calamidades naturais e flutuações de preços também afetam a capacidade do indivíduo se envolver em atividades que lhe garantem a sua sobrevivência, levando-o muitas vezes a se engajar em várias atividades para garantir a sua sobrevivência e da família. O que torna esse processo socioeconômico sustentável, no entanto, é a possibilidade de que os resultados do engajamento em várias atividades fortaleçam também o acesso aos ativos. Por exemplo, se o indivíduo pode ganhar mais dinheiro por meio da atividade agrícola, isso pode lhe permitir comprar mais equipamentos para melhorar o seu trabalho, ou para investir na educação dos filhos.

Apesar disso, para Krantz (2001), o quadro não pretende ser um “modelo exato” da realidade, mas uma abordagem que proporciona uma estrutura analítica para facilitar a compreensão ampla e sistemática dos vários fatores que limitam ou fortalecem as oportunidades de sobrevivência e como esses fatores se relacionam entre si. “Tal quadro não explicita uma definição exata do que seja a pobreza, a qual depende de um contexto específico e por isso, deve ser investigada caso a caso” (p. 19).

Por outro lado, geralmente devido à escassez de tempo, os estudos de caso têm a limitação de abarcar nas análises as cinco formas de capitais bem como a captação das dinâmicas e a complexidade que envolvem o processo de transformação dos ativos em estratégias de sobrevivência – o que requer não só o estudo das relações de gênero no interior da família, mas também as relações de poder a uma escala maior.

Considerações Finais

Os anos 1980 foram palco de várias transformações que ditaram a necessidade de novas reflexões sobre o desenvolvimento e os instrumentos para abordar a questão da pobreza no mundo. A abordagem dos modos de

vida foi desenvolvida nos anos 90 por Chambers e Conway (1992) para dar conta do fenômeno da diversificação no meio rural nos países em desenvolvimento. Na África, por exemplo, em geral existe uma correlação entre a pobreza e as atividades informais, principalmente devido ao fato de que essas atividades exigem menos investimentos e qualificações.

Atualmente, a FAO e o Banco Mundial, por meio do Projeto Riga (*Rural Income-Generating Activities*), têm analisado as determinantes da diversificação das fontes de renda em mais de 15 países de 4 continentes. Esses estudos confirmam a hipótese geral de que o acesso aos ativos é fundamental para que as pessoas realizem as atividades que lhes permitem gerar a renda para a sua sobrevivência. Para a FAO (1998), a renda das atividades não agrícolas (que inclui a renda por intermédio de salários no meio rural, autoemprego no comércio, manufaturas, serviços, salários da propriedade agrícola e remessas de fora ou de dentro do país) pode ajudar a melhorar o acesso aos alimentos, prevenir a rápida e excessiva urbanização, a degradação dos recursos naturais e contribuir para a melhoria do sistema alimentar (incluindo o agroprocessamento, distribuição e provisão) por meio das ligações da agricultura com o restante da economia rural.

Parece existir, portanto, cada vez mais consenso na defesa de abordagens de desenvolvimento rural ou territorial, por exemplo, que consideram a necessidade de combinar ações voltadas ao incremento de rendas agrícolas com as diversas possibilidades de agregação de rendas não agrícolas.

Apesar de popularizada, no entanto, a aplicação da abordagem dos modos de vida possui algumas limitações: mais de caráter ontológico do que epistemológico ou conceitual

Referências

BABULO, Bedru et al. Household livelihood strategies and forest dependence in the highlands of Tigray, Northern Ethiopia. *Agricultural Systems*, 98, 2008, 147-155, 2008.

BARRETT, Christopher; REARDON, Thomas; WEBB, Patrick. *Nonfarm Income Diversification and Household Livelihood Strategies in Rural Africa: Concepts, Dynamics, and Policy Implications*. New York: Department of Applied Economics and Management of the Cornell University, 2001. Disponível em: <http://inequality.cornell.edu/publications/working_papers/Barrett-Reardon-Webb_IntroFinal.pdf>. Acesso em: 15 maio 2009.

BROWN, Thomas F. *Theoretical Perspective on Social Capital*. 1997. Manuscritos não publicados.

BRYCESON, Deborah Fahy. African Rural Labour, Income Diversification and Livelihood Approaches: a Long-term Development Perspective. *Review of African Political Economy*, n. 80, p. 171-189, 1999.

CARNEY, Diana. *Approaches to Sustainable Livelihoods for the Rural Poor*. London: ODI Poverty Briefing, n. 2, ODI, 1999.

CHAMBERS, Robert; CONWAY, G. Sustainable Rural livelihoods: Practical Concepts for the 21st Century. University of Sussex (G. B.). Institute of Development Studies. *Discussion Paper*, n. 296, feb. 1992.

CHAYANOV, Alexander V. *La organización de la unidad económica campesina*. Buenos Aires: Ediciones Nueva Visión, 1974.

COLEMAN, James. Social Capital in the Creation of Human Capital. *American Journal of Sociology*, 95:S95-S120, 1988.

CROLE-REES, Ana. *Rural Income Diversification: getting the assumptions right. The case of Southern Mali*, 2002. Manuscritos não publicados.

DAVIS, Benjamin et al. A Cross-Country Comparison of Rural Income Generating Activities. *World Development*, v. 38, n. 1, p. 48-63, 2010.

ELLIS, Frank. *Rural Livelihood and Diversification in Developing Countries*. Oxford (U.K.): University Press, July 2000.

ESTRADA, Eduardo; GARRIDO FERNANDEZ, Fernando. *A Proposito de la Multifuncionalidad*. Discursos y políticas sobre agricultura y desarrollo rural. Córdoba: Iesa-CSIC de Andalucía, 2007.

FAO. Food and Agriculture organization of the United Nations (FAO). *The State of Food and Agriculture: rural non-farm income in developing countries*. Rome: Food and Agriculture Organization, 1998.

GASSON, Ruth. Goals and values of farmers. *Journal of Agricultural Economics*, 24 (3):521-537, sept. 1973.

GROOTAERT, Christian. *Social capital: The Missing Link?* Washington, DC: World Bank, Social Capital Initiative, Working Paper n. 3, 1998.

JOHNSTON, B.; MELLOR, John W. The Role of Agriculture in Economic Development. *American Economic Review*, 51:566-93, 1961.

KINSELLA, Jim et al. Pluriactivity as a livelihood strategy in Irish farm households and its role in rural development. *Sociologia Ruralis*, v. 40, n. 4, p. 481-496, 2000.

KRANTZ, Lasse. *The Sustainable Livelihood Approach to Poverty Reduction An Introduction*. Escotolm: Sida, 2001.

MARINI, Matteo; PIERONI, Osvaldo. Relación entre la Familia y el Entorno Social. Tipología de las Familias Agrícolas en una Zona Marginal (Calabria). In: ARKLETON RESEARCH. *Cambio Rural en Europa*. Colóquio de Montpellier. Madrid: Ministério de Agricultura, Pesca y Alimentación, 1987. p. 205-247.

MARSH, Robin. *Working with Local Institutions to Support Sustainable Livelihoods*. Rome: FAO, 2003.

MEERT et al. Farm household survival strategies and diversification on marginal farms. *Journal of Rural Studies*, 21, 81-97, 2005.

NEGRÃO, José. *Cem anos de economia da família rural africana*. Maputo: Coleção Identidades, 2001.

NORTH, Douglass C. Institutions. *Institutional Chang and Economic Performance*. New York: Cambridge University Press, 1990.

NORTH, Douglass C. Institutions. *Journal of Economic Perspectives*, v. 5, n. 1, p. 97-112, 1991.

OLIVEIRA, Valter L. Liberdade e poder em Amartya Sen: uma leitura crítica. *Desenvolvimento em Questão*, Ijuí: Ed. Unijuí, ano 5, n. 9, jan./jun. 2007.

PIJNENBURG, Bart et al. *Estratégias de geração de renda das famílias rurais e suas interações com o ambiente institucional local*. Maputo: UEM, 2000.

PLOEG, J. D. VAN der. Agricultural production in crisis. In: CLOKE, Paul; MADERSEN, Terry; MOONEY, Patrik (Ed.). *Handbook of Rural Studies*. London: SAGE Publications. 2006. p. 259-277.

PLOEG, J. D. VAN der. *Camponeses e impérios alimentares: lutas por autonomia e sustentabilidade na era da globalização*. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2008.

POMEROL, Jean-Charles; ADAM, Frederic. *Practical Decision Making: From the Legacy of Helbert Simon to Decision Support Systems*. The IFIP TC8/WG8.3 International Conference, 2004. p. 647-657.

PUTNAM, Robert D. *Making Democracy work: Civic Traditions in Modern Italy*. Princeton: Princeton University Press, 1993.

PRESSMAN, Steven; SUMMERFIELD, Galé. The Economic Contributions of Amartya Sen. *Review of Political Economy*, v. 12, n. 1, p. 89-113, 2000.

ROSÁRIO, Carmeliza; TVEDTEN Inge; PAULO, Margarida. Relações sociais da pobreza rural urbana no centro de Moçambique. Direção Nacional de Estudos e Análise de políticas. *Discussion papers*, n. 63P, ago. 2009.

SABOURIN, Eric. *Dádiva e reciprocidade nas sociedades rurais contemporâneas*. XI CISO, Aracaju. 5 a 8 mar. 2003.

SCHNEIDER, Sérgio. O desenvolvimento agrícola e as transformações da estrutura agrária nos países do capitalismo avançado: a pluriatividade. *Revista Reforma Agrária*, Campinas, 24 (3), p. 106-132, 1994.

_____. Teoria social, agricultura familiar e pluriatividade. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, v. 18, n. 51, fev. 2003.

SCHULTZ, Theodor. W. *Investing in people*. San Francisco: University of California Press, 1980.

SIMON, Herbert A. *Models of Man: Social and Rational*. New York: John Wiley and Sons, 1957.

SEN, Amartya. Poor, relatively speaking. *Oxford Economic Papers*, 35(2), p. 153-169. 1983.

_____. Editorial: Human capital and Human capability. *World Development*, v. 25, n. 12, p. 1959-1961, 1997.

_____. *Desenvolvimento como liberdade*. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.

SMITH, Adam. *An inquiry into the nature and causes of the wealth of nations* (1776). London: Home University, Republicado, 1910.

TIMMER, C. Peter. The Agriculture Transformation. In: CARL, Eicher; STAATZ, John (Ed.). *International Agriculture Development*. 3. ed. Baltimor: Johns Hopkins University Press, 1998. p. 113-135.

WINTERS, Paul et al. Assets, Activities and Rural Income Generation: Evidence from a Multicountry Analysis. *World Development*, v. 37, n. 9, p. 1.435-1.452, 2009. Disponível em: <http://www.fao.org/es/ESA/riga/english/pubs_en.htm>. Acesso em: 7 abr. 2010.

YÚNEZ-NAUDE, Antonio; TAYLOR, Edward J. The Determinants of Nonfarm Activities and Incomes of Rural Households in Mexico, with Emphasis on Education. *World Development*, v. 29, n. 3, p. 561-572, 2001.

Recebido em: 3/1/2011

Acceto em: 27/4/2011